

O ECHO DO RIO,

Jornal Politico e Litterario.

BIBLIOTECA NACIONAL
S.L.R.
22.956
52

Parcite verbis.

HORAT. AD ROM.

Publica-se as quartas feiras e sabbados, na typ. Imparcial de F. de Paula Brito, praça da Constituição n. 64, onde se subscreve a 4.000 réis por semestre, pagos adiantados, e vendem-se numeros avulsos a 80 réis, nas lojas do costume.

O ECHO DO RIO.

Passou uma resolução no senado dande ao governo a facultade de nomear livremente os presidentes das relações, o que agora só pôde fazer escolhendo d'entre os tres mais antigos. A discussão desta resolução trouxe á arena as interminaveis accusações de que o governo tudo quer chamar a si, de modo que dentro em pouco será verdadeiro governo absoluto. Parece-nos que os senadores, que fazem semelhantes accusações não meditam sobre as nossas circumstancias sociaes.

A nossa forma de governo é mixta: composta dos tres elementos, monarchia, aristocracia e democracia; o primeiro e terceiro são preponderantes; o segundo entra por mui pouca cousa. Ora, em os governos mixtos é necessario que as cousas estejam de tal modo equilibradas, que um dos elementos não possa fazer desaparecer o outro.

A constituição organiso as cousas de modo, que o elemento democratico ficou bastante preponderante; e a maneira por que ella foi entendida logo nos seus começos; e as leis organicas ou regulamentares, que se lhe seguiram, fizeram de modo, que em pouco a realza quasi desapareceu: o sete de abril, que se foi dia glorioso para fazer subir ao throno o Sr. D. Pedro 2.º, foi triste por trazer um transtorno geral em todas as cousas, foi filho dessa preponderancia. Mas como se ainda não bastasse, a legislatura dessa epocha, eleita de baixo dessa influencia, determinou a reforma da constituição, e a legislatura que se lhe seguiu fez essa reforma. E pela abdicação do sete de abril foi necessaria a lei da regencia; e a lei da regencia, e reforma da constituição alargaram mais a influencia democratica, estendendo muito as franquezas provinciaes: os presidentes das provincias, e as assembléas dellas ficaram quasi independentes do governo geral.

Os homens de boa fé, que viram o sete de abril, estremeceram pela sorte da monarchia; e por isso se ligaram para a sustentar: os homens de boa fé, que viram as consequencias dessas novas leis, es-

tremeceram pela sorte do seu paiz, e por isso trataram de remediar os males que ellas haviam feito.

Ha um axioma em politica, que as franquezas individuaes e provinciaes exigem direitos e forças para o poder. Pela razão mui obvia de que os elementos de uma forma de governo devem ser de tal modo combinados, que um não possa destruir o outro. Os homens de boa fé, que cuidam primeiro da sorte do seu paiz do que de outra qualquer cousa, começaram a querer reorganisar o poder; a dar-lhe attribuições, ou que nunca teve, ou de que havia sido privado; por que as provincias e os individuos haviam sido dotados de prerogativas, que nunca tinham tido.

Em o governo absoluto propriamente dito nem os individuos nem as provincias gozam de prerogativas; e se algumas lhes são dadas, fica a arbitrio do imperante privar-os dellas, quando bem lhe parecer. E era este o defeito essencial de nossa antiga organização. Tinhamos nós prerogativas, tinhamos formulas, tinhamos tribunaes: em quanto o poder não tomava parte no negocio, ou não abusava da sua força, as cousas iam excellentemente; só iam mal quando o poder se empenhava por um lado mais do que por outro, pois que dependia tudo do seu arbitrio. Deixamos de parte a questão se muitas ou poucas vezes vinha o poder com espada de Alexandre cortar o nó: o que é facto é que o podia fazer, sem por isso ser de modo algum responsavel. Nos governos representativos individuos e provincias gozam de prerogativas, das quaes não podem ser esbulhados a bel prazer de um ou outro: se são prerogativas constitucionaes, é preciso que a constituição seja reformada pelo modo nella marcado; se são prerogativas marcadas em lei ordinaria, é preciso uma lei para as destruir. Mas taes prerogativas, tem limites; porque de outro modo em vez de sociedade civil não teriamos mais que pura anarchia.

Por ventura as prerogativas do poder não tem limites? Se o não tivessem não seria governo representativo, ou parlamentar, mas seria governo absoluto ou despótico. Tambem pela mesma razão as

prerogativas individuaes e provinciaes devem ter limite; aliás não haverá governo, e sem governo não ha sociedade civil. E aquelles que querem cercar as prerogativas do poder, devem ainda pela mesma razão cercar as prerogativas individuaes e provinciaes; e vice versa: aquelles que querem augmentar as prerogativas individuaes e provinciaes devem querer ampliar as prerogativas do poder. E' uma balança, cujo fiel tem de ser sempre conservado a meio: logo que se augmentar o pezo de uma concha, tem de se augmentar o da outra; e vice versa; diminuido o de uma, ha de diminuir-se o de outra.

Temos exemplo no direito de resistencia autorizado por nossas leis. Pôde qualquer resistir a uma ordem illegal: prerogativa individual. Como porem o abuso seria mui facil, aquelle que não obedecer a ordem legal é por isso punido; e o official encarregado da execução de uma ordem legal pôde empregar até a força para a fazer effectiva: prerogativas do poder. Dai ao poder o direito de fazer executar todas as suas ordens; teremos obediencia passiva, e governo absoluto; dai ao cidadão a prerogativa de se poder oppôr ás ordens illegaes, sem responsabilidade alguma pelo abuso desta prerogativa, julgará illegaes todas as que não forem conformes com seus interesses: não haverá mais obediencia; por consequencia não haverá mais governo: anarchia no caso.

A doutrina, que temos expendido, é da primeira intuição. A conclusão que tiramos de tudo é que aquelles, que quizerem que continuemos a existir como nação, devem querer que tenhamos governo; e esses devem querer que este tenha prerogativas. Quereis tirar-lhe as prerogativas? Tirai tambem as das provinciaes e dos individuos. Estareis por isso? Mas se quereis prerogativas individuaes, e provinciaes, dai prerogativas ao poder.

RIO GRANDE DO SUL.

Ainda não tivemos occasiao de entreter-nos com os negocios desta provincia, que finalmente parece proxima de sua pacificação. Mas realisar-se-ha este ardente desejo de todos os amigos da monarchia e da ordem? Tantas vezes temos nutrido estas esperanças, tantas vezes temos visto a guerra civil proxima de seu fim, que ainda receamos que desta vez nos aconteça como das outras; que ainda venha algum novo inconveniente que retarde esse momento tao desejado. A guerra civil da provincia do Rio Grande foi sempre alimentada por um partido existente aqui na cõrte: todas as vezes, que esse partido tem succumbido, os rebeldes tem sido victimas de seu desalino; logo porem que esse partido toma algum vigor, os rebeldes o sentem, e dão mostras disso.

Se pois hoje os rebeldes vão de rota batida em continua debandada, foi pelas medidas energicas, que aqui na cõrte o anno passado se tomaram contra aquelles, que daqui os animavam. Entendemos,

que alguns dos chefes do partido que governou o paiz desde 1834 a 1837 tem-se querido conservar no poder por todos os meios, ou rebavél-o logo que legitimamente são apeados delle; e por isto tem lançado os olhos a todas as provinciaes do Imperio. Tendo visto que os negocios se dirigiam de modo, que cedo tinham de deixar a administração, em que se achavam, quando rebentou a rebellião do Rio Grande, não a combateram pelos meios ao seu alcance; em vez de socorros em homens e dinheiro, contentaram-se em mandar um presidente desarmado e uma amnistia, procurando desde logo estabelecer por esse meio relações de confraternidade com aquelles, que deviam procurar combater a ferro e fogo.

Com effecto dous annos depois essa administração tinha deixado o poder, e com ella os principios que a guiavam: e desde logo esses homens deixaram a mascara, que os encobria, e nas camaras e na imprensa comecaram a dar os maiores elogios se não a causa da rebellião, que a tanto não chegou sua impudencia, aos homens, que a defendiam, o que vale o mesmo.

Não nos cançaremos em seguir uma historia, que é de todos sabida. Esses mesmos homens, sempre com o mesmo fim em vista, trataram de sublevar o anno passado varias provinciaes do Imperio: já em o atrazado tinham querido incendiar o norte, começando pelo assassinato dos presidentes; mas como em o norte nada podessem levar á vante, voltaram suas vistas tambem para o sul; houve rebellião em Minas e S. Paulo, e sabem todos que deviam ser auxiliadas pelo Rio Grande do Norte, Ceará e Parahyba; mas o governo de então não era o governo de 1835: as rebeliões de Minas e S. Paulo foram promptamente suffocadas; de modo que quando os rebeldes do norte souberam das sublevações souberam tambem de sua derrota. E por isso não se atreveram a erguer o grão.

O centro de todos esses movimentos era aqui na cõrte. E o governo, que o conhecia, cedendo ás vozes de imperiosa justiça, e da opiniao publica, que pedia segurança e ordem, o governo empregou medidas energicas, e salvou-nos. O partido ficou aterrado. Não diromos nós agora, se os chefes desse partido são ou eram os homens, que foram presos, deportados, processados: mas sabemos que o partido ficou em desanimo, talvez por que viu as barbas do visinho a arder.

E desde então data o desanimo dos rebeldes no Rio Grande. Por que motivo em todo o anno passado, quando nossas tropas não saham de seus quartelamentos, não tentaram elles acção de vigor? Espalhados pela campanha, conservaram-se em perfeita inação; parecia que um armisticio tinha sido ajustado entre o nosso exercito e os rebeldes, por que se uns não saham a campo, tambem os outros se não moviam.

A pacificação de S. Paulo e Minas pôde deixar o

governo desembaraçado; e suas primeiras vistas foram lançadas sobre o Rio Grande: as autoridades, que por qualquer motivo que fosse, se tinham conservado inactivas, foram mudadas por um general, que tinha mostrado para quanto prestava: as forças disponiveis foram mandadas; e o que não pôde fazer-se em mais de anno e meio, foi feito em menos de dous mezes; isto é, em menos de dous mezes o general barão de Caxias achou cavallos, e pôde marchar para o campo, não em columna cerrada, a procurar o inimigo para lhe dar uma batalha campal como queria o brigadeiro João Paulo, mas em columnas volantes a bater todas as partidas, que vai encontrando, a fazer declarar pelo imperador as povoações da provincia, onde os rebeldes conservavam autoridades, fazendo-lhes assim perder toda a força moral: nunca regeitando o combate, todas as vezes, que lhe é offerecido.

O resultado tem sido brilhante: o governo de março, contra o qual tanta gente falla mal, porque esse é o costume desgraçado, a que muitos estão habituados, pôde ufanar-se que depois de ter pacificado as provincias de S. Paulo e Minas, dispôz os materiaes para a pacificação do Rio Grande do Sul: e o governo actual pôde dizer, que não só comprehendeu o pensamento do gabinete de março nessa parte, mas que lhe tem dado todo o desenvolvimento, de que elle era susceptivel. Se a desgraçada mania de innovar, que tem assistido a quasi todos os nossos governantes, tivesse accommettido o governo actual, tudo houvera sido mudado no Rio Grande, e provavelmente as cousas não estiveram no pé em que estão. Mas o governo actual tem querido seguir e desenvolver o que achou bom, e emendar, o que achou máo.

Os rebeldes estão reduzidos aos ultimos apuros. Vigie o governo aqui na côrte: vigie o partido, que tem alentado os rebeldes no Rio Grande; seja quem for, que o ignoramos, mas que por seus effeitos sabemos que existe. Se o vigiar, se o não deixar botar as mãos de fora, o Rio Grande está pacificado.

AS COALISÕES.

Dissemos em um de nossos numeros passados, que por em quanto era impossivel uma liga entre a opposição da camara dos deputados e a do senado, que apresentam caracteres mui diversos, para se poderem considerar como capazes de se unir; e por consequencia que o actual ministerio tinha ainda longa duração. Um collega nosso respondeu, que pôde muito bem formar-se um ministerio de coalisção: é por isso que tomamos a pennu para escrever sobre a materia, com quanto a occasião não seja a mais propria, visto que por em quanto não ha receios della.

E primeiramente asseveramos ao collega, que ainda não se dao os requisitos precisos, em que por ventura se possa formar um ministerio de coalisção.

Para isso seria necessario, que havendo muitas fracções nas camaras, nenhuma dellas formasse maioria: é entao que se unem por algum tempo duas ou mais para dividirem entre si o poder, guardando o combate sobre os despojos para depois de conseguida a victoria. Acontece isso frequentemente nas camaras francezas, que muito numerosas, comprehendem muitas opinioes: de modo que nenhuma dellas muitas vezes conta com maioria decidida; e entao o remedio é transigirem entre si. Quando podem uma opiniao reunir uma maioria decidida, entao é inutil essa transacção; nem mesmo é admissivel, por que nunca haverá maioria, que podendo ter só o poder, o vá repartir com alguém, que lhe não pôde fazer mal. Ora, em nossas camaras o lado ministerial é demasiadamente forte em numero e illustrações, para que careça de reunir-se com alguém: e as diferentes opinioes, que se atrevem a apresentar-se em publico ainda todas reunidas são mui diminutas para que entre si possam distribuir a administração e ter maioria. Culculem como quizerem, contem como lhes uprouver: digam quantas injurias lhes vierem à bocca a respeito da maioria de ambas as camaras: é maioria, e sustenta o ministerio, e tanto basta. Negar-lhe-hão independencia? negar-lhe-hão illustração? Cada qual é senhor de sua bocca; pôde dizer o que quizer.

Já se vê pois que por em quanto é mesmo inadmissivel a ideia de um ministerio de coalisção, e a proposição do nosso collega só serviu para demonstrar, que razão tivemos quando presagiamos ainda longa vida ao actual gabinete. Mas sabe elle o que é um ministerio de coalisção? Sabe que mal deseja para o seu paiz? Se o sabe, sobre maneira nos admiramos como ousou emittir semelhante ideia. Ou suppoe elle que estamos tão atrazados, que não conhecemos os males e calamidades, que dahi poderiam vir ao paiz?

Do que fica dito, e do que todos podem conhecer, as maiorias de coalisção, não são verdadeiras maiorias; parecem-se tanto com ellas como as pedras falsas com as verdadeiras. E dahi resulta que são immoraes: é uma alliança monstruosa de partidos e pessoas; entre as quaes ha uma distancia immensa; que se enganam e illudem mutuamente com falsas promessas, até que obtenham o poder, mas que se guerreem logo que o obtem. Ora, entregar as pastas a individuos só para ter o prazer de os ver brigar a qual supplantará os seus collegas, poderá para o collega ser muito bom systema de governo; mas não o invejamos, e mesmo desejamos vê-lo longe de nossa terra.

E como pôde haver e reinar a unidade tão precisa quer nas camaras, quer no gabinete, e sem a qual não é possivel administração alguma duradoura? As coalisções das folhas de diferentes opinioes; mas como renunciar a ellas sem convicção? E é o que faz a coalisção. O homem que sem convicção renuncia a uma opiniao, é incapaz de tudo. E se não

renuncia, segue-se que ha de trabalhar sempre por fazel-a triumphar; e neste caso teremos differentes opinioes combatendo-se mutuamente; e onde ha combate não ha unidade; e onde não ha unidade não ha força; e onde não ha unidade nem força não ha governo.

O resultado das coalisões é perderem os governos a força moral, ficarem paralisados e abatidos todos os poderes publicos: dahi resulta a inefficacia de todas as medidas administrativas, e um estado continuado de crise; porque em quanto se não organisa maioria, não ha estabilidade no ministerio, e não ha maioria em quanto ha coalisão; esta desaparece logo que apparece aquelle. Um governo filho de uma coalisão ou não tem systema, ou tem muitos systemas, o que vale o mesmo.

Não iremos mais adiante: temos já expellido quanto basta para mostrar o perigo da doutrina emitida por nosso collega: a materia é vastissima; mas os limites de nossa folha não nos permitem maior desenvolvimento, nem mesmo a occasião o exige. O ministerio conta decidida maioria, póde a opposição desconhecê-lo? E em quanto ha maioria, escusa esta de andar por ali assoalhando estas e aquellas noticias: procure tornar-se maioria, se quer triumphar; e para ser maioria, procure reunir as sympathias do paiz; emitta ideias sãs, e dê-lhes são desenvolvimento; mostre os erros do ministerio, e o caminho, que deveria seguir; mostre unidade de vistas. Em quanto assim não proceder, nem será maioria, nem por consequencia derrotará o ministerio.

A coalisão só é tolerada em um unico caso: quando por outro modo é absolutamente impossivel uma organização ministerial.

PROJECTO DE UNIVERSIDADE.

Ha muito tempo, que todas as pessoas, que no Brasil tem alguma intelligencia suspiram pela remoção dos cursos juridicos das provincias para a cõrte, e pela criação de uma universidade nesta. Varios projectos tem sido lembrados: até que este anno o Sr. Manoel do Nascimento apresentando um no senado, foi este remettido a uma commissão, que sobre elle interpoz o seu parecer. O Sr. Paula e Sousa e o Sr. Hollanda trataram logo de oppor-se a elle, o que muito era de esperar, não só olhando-se para as assignaturas dos membros da commissão, mas por que esses dous Srs. em regra se oppoem a tudo quanto é util. Não estranhamos portanto; mas estranhamos muito a maneira por que o Sr. Paula e Sousa quiz repellir a criação da universidade. Recorreo aos odios provinciales; chamou o bairrismo a terreiro; quiz assustar o senado com o resentimento das provincias.

Porque razão o Sr. Paula e Sousa, senador do Imperio, trata sempre de suscitar esta rivalidade entre provincias irrnas?

Ou o projecto é vantajoso ou não: no primeiro

caso seja approvado, no segundo regeitado; mas nem para o approvar nem para o regeitar se recorra a odiosidades, e se incitem rivalidades. Se a algum incumbe procurar extinguir essas desgraçadas ideias de bahiano, pernambucano &c., é certamente aos senadores, mais que ninguem interessados em que se mantenha a ordem publica. Quando mesmo a criação de uma universidade na cõrte podesse despertar sentimentos de bairrismo, a elles incumbia desvanecer essa ideia: estamos bem certos que ella a ninguem lembraria mais, que a aquelles que buscam todos os meios de espalhar a sisania; mas se por acaso houvesse receio do contrario, ao senado brasileiro incumbiria mais que a ninguem procurar que nem taes lembranças se suscitassem. Mas o Sr. Paula e Sousa quer ler por outra cartilha; foi achar em tal projecto, que as provincias se poderiam queixar, e longamente, e com esta complacencia expôr essas queixas: foi para as lembrar, se por acaso não lembrassem. Mas que queixas? Pois não é irrisorio dizer, que as provincias se hão de queixar por que terão de fazer sacrificios em passar para a cõrte os dinheiros precisos para os estudantes? E hoje a mesma queixa podemos fazer nós os da cõrte. E os das provincias são quasi todos obrigados hoje a entender-se por intermedio da cõrte com as provincias, onde estão os cursos juridicos. Quem de Minas manda um filho a S. Paulo tem de mandarlhe mezadas por intermedio do Rio de Janeiro: serlhe-ha pois mais facil mandar para aqui.

O Sr. Paula e Sousa, que tanto se affligia em outro tempo com o curso juridico em S. Paulo, como não quer hoje que de la sahia? Bem disse o Sr. ministro da justiça quando no senado affirmou, que nada havia, que contentasse o nobre senador.

Como hão de os provincianos mandar estudar seus filhos ao Rio de Janeiro? Pergunta o Sr. Paula e Sousa. E como, retorquiremos nós, mandarão os fluminenses seus filhos ás provincias? Sendo a capital do Imperio o lugar mais povoado d'elle, devem abundar mais nas aulas superiores os filhos della; se pois tivermos de attender ás vantagens do maior numero, attendamos aos fluminenses. Mas este argumento é para nós de pouca importancia; deve antes attender-se para as vantagens, que lucra o estabelecimento, que para as dos individuos, que o hão de frequentar. Ora, o estabelecimento lucra muito em estar no Rio de Janeiro: se fosse preciso demonstrariatnos em poucas linhas. E os estudantes, ou antes seus pais tambem lucram. Como mandam mezadas a S. Paulo os Rio-grandenses, Catharienses, os de Minas, Bahia, e Espirito Santo, Goyazes e Matto Grosso? E como se mandam mezadas para os estudantes de medicina, e das academias militares?

As provincias são as primeiras a lucrar em que haja na cõrte estudos de todas as materias: só os Paulistas da cidade não lucram; porem os mesmos do norte da provincia tambem lucram. Não podem por tanto desgostar-se.